



**PARECER PRÉVIO Nº 101/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11581/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Romeiro José Costeira de Mendonça (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8477/2022-MP/RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas da **Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo**, referentes ao **exercício de 2019**, de responsabilidade do **Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça, Prefeito**, em virtude das irregularidades não sanadas, conforme fundamentado no presente Relatório/Voto, em observância ao art. 71, I, da CRFB, e do art. 40, inciso I, e art. 127, *caput* e §§2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas;

- 11- **Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 18 de Julho de 2023
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



**PARECER PRÉVIO Nº 101/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em exercício

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 101/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 101/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11581/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Romeiro José Costeira de Mendonça (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8477/2022-MPC/RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2019.

Encaminhamento. Determinação. Arquivamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Encaminhar**, após a sua devida publicação, este **PARECER PRÉVIO**, acompanhado deste Voto e de cópia integral deste processo à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, a fim de que o referido Órgão, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127 da Constituição do Estado):

*O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão*



**ACÓRDÃO Nº 101/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 101/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

*incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.*

- 10.2. Determinar à Secretaria de Controle Externo - SECEX** que adote as medidas necessárias para a autuação de processo autônomo, a fim de apurar a responsabilidade pelas restrições remanescentes relacionadas aos atos de gestão levantados pela DICAMI e pela DICOP, devidamente elencadas no presente Relatório/Voto, **com o carreamento ao novo processo dos documentos e relatórios que se encontram nestes autos;**
- 10.3. Determinar à SEPLENO - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO** que, através do Setor competente, vinculado à referida Secretaria, cientifique o interessado sobre o teor deste Acórdão, nos termos do art. 161, *caput*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, encaminhando-lhe cópia deste Relatório/Voto e do sequente *decisum*;
- 10.4. Arquivar** o presente feito, nos termos regimentais, após o cumprimento integral do decisório.

**11- Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 18 de Julho de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em exercício

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral